

18/09/2018 - 05:00

PE pede arbitragem contra J&F por controle da Eldorado

Por **Stella Fontes**

A Paper Excellence (PE) pediu a abertura de arbitragem contra a J&F Investimentos, numa tentativa de solucionar o conflito com a sócia sobre a compra do controle da Eldorado Brasil. A informação, antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, foi prestada pela produtora de celulose em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ao mesmo tempo, a PE sofreu ontem um novo revés na ação judicial que move contra a J&F.

Conforme o documento, a companhia foi notificada sobre o início do procedimento pela CA Investment (Brazil), constituída pela PE no Brasil para a compra da Eldorado, contra a holding dos Batista. No tribunal arbitral, serão discutidas "questões relacionadas ao contrato de compra e venda de ações celebrado em 2 de setembro de 2017 entre CA Investment, J&F e outros". O contrato prevê que a arbitragem entre as empresas será administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês), em São Paulo (SP).

"A companhia informará sobre eventuais desdobramentos da Arbitragem, que se qualifiquem como fato relevante, dentro dos limites legais e contratuais, vez que tramita sob sigilo, conforme estabelecido no contrato", informou a Eldorado.

A instauração do tribunal arbitral para tentar solucionar o conflito entre PE e J&F, que está na Justiça, já era esperada. A empresa do indonésio Jackson Wijaya, da mesma família que é dona da Asia Pulp & Paper (APP), acusa a J&F de ter dificultado a liberação de garantias cedidas pela holding em dívidas da Eldorado, pré-condição à compra do controle da produtora de celulose. A PE já é dona de 49,41% e, por contrato, teria até 3 de setembro para comprar os 50,59% em ações que estão com os Batista.

Após a primeira negativa do juízo da 2ª Vara Empresarial de São Paulo, a PE recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), que manteve a decisão da primeira instância. A empresa pedia a prorrogação do prazo do contrato de compra e venda da Eldorado e que a Justiça ordenasse que a J&F aceitasse um aumento de capital da produtora de celulose e a celebração de um contrato de mútuo com a PE, para o pagamento de dívidas e consequente liberação de garantias prestadas pela J&F. Todos os pedidos foram negados.

Procurada, a PE disse que "continuará tomando as medidas cabíveis para preservação e exercício dos seus garantidos no contrato de compra do controle da Eldorado Brasil" e reiterou que "os recursos financeiros continuam disponíveis para concluir a operação".

A J&F, por sua vez, alega que cooperou com a sócia e, uma vez que o prazo para compra do controle não foi cumprido, o contrato de 12 meses está extinto. "Muito embora a arbitragem esteja prevista em contrato, a J&F lamenta que a PE tenha iniciado disputa judicial e continuará a defender seus direitos", informou em nota.

O **Valor** informou ontem que um acordo entre PE e J&F parecia cada vez mais distante. Houve ao menos três encontros entre as sócias depois da judicialização do conflito e, em um deles, nos Estados Unidos, as partes chegaram a discutir valores para uma potencial extensão de prazo de seis meses para finalizar a aquisição. Nessa ocasião, o controle da Eldorado teria sido estimado em R\$ 10 bilhões, ou R\$ 6 bilhões a mais do que o acertado no contrato de setembro do ano passado, diante de novos parâmetros. A PE rejeitou.

A assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou por nota que "não foi intimada da decisão e examinará o cabimento de eventuais recursos tão logo ocorra sua intimação". Ainda apontou que recorreu da decisão do STJ que baseou essa tutela de evidência. Ainda afirma que "os votos de alguns ministros naquele recurso representativo de controvérsia sinalizaram determinados parâmetros, inclusive".